

## ENSINO DE PORTUGUÊS EM CURSOS SUPERIORES: RAZÕES E CONCEPÇÕES

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA DE CAMARGO (UNIVERSIDADE DE SOROCABA).

### Resumo

A pesquisa investiga a presença de disciplinas de Língua Portuguesa em instituições de ensino superior. Visando identificar e compreender razões e concepções que sustentam a oferta desse componente por cursos cuja carreira não guarda relação direta com a área da linguagem, realizou-se um estudo pormenorizado de currículos de cursos de diferentes áreas do conhecimento, por meio de pesquisa nos sítios eletrônicos das instituições, de modo a identificar aquelas que oferecem a disciplina de Língua Portuguesa, bem como examinar suas propostas de ensino. Neste trabalho, apresenta-se uma análise parcial das concepções de linguagem e de formação acadêmica subjacentes aos programas, identificando-se três vertentes predominantes: a) a primeira, de caráter reparador ou supletivo, visa superar deficiências da escolaridade anterior e carrega uma noção normativa de língua, privilegiando o ensino da "língua padrão", reproduz a concepção do ensino da educação básica; b) a segunda, de viés pragmático, tem caráter predominantemente tecnicista, seus estudos abrangem modelos e usos de escrita peculiares à área de conhecimento, sob a presunção de que este ensino instrumentalizaria os estudantes para o exercício da profissão; c) a terceira vertente identificada apresenta caráter formativo-acadêmico e compreende o aprendizado da língua por suas relações com o processo cognitivo, valorizando o discurso acadêmico e a possibilidade de desenvolvimento intelectual.

### Palavras-chave:

Língua Portuguesa, Ensino Superior, Currículo.

### INTRODUÇÃO

Há muito tempo que as questões sobre leitura e escrita ultrapassaram os limites da área de estudos da linguagem. Desde o ensino básico, apregoa-se como preocupação fundamental nas esferas escolares uma idéia genérica, segundo a qual, o desempenho dos estudantes de hoje revela aprendizagem deficiente da leitura e da escrita. Circula por esses meios, entre educadores, e tendo conquistado diversos outros setores da sociedade, um discurso que ganha ares catastróficos, ao perguntar: *até onde vamos chegar com jovens que não sabem ler e escrever?* Quando o tema avança para o nível universitário, soa mais estarrecedora a "constatação" da suposta incapacidade do estudante.

Na medida em que o discurso se difundiu pelas sendas do senso comum, passou-se a atribuir ao ensino de leitura e escrita, de forma quase exclusiva, a possibilidade de levar os estudantes a um melhor desempenho, ou mesmo, ao desenvolvimento intelectual. Nesses mesmos meios, diante de necessidades consideradas óbvias e urgentes, tomou-se por plenamente justificável o ensino de Língua Portuguesa nos cursos superiores, qualquer que fosse a carreira do curso. Em outras palavras, naturalizou-se a questão e não foram postas à prova as razões da oferta dessa disciplina em cursos não específicos da área da linguagem, nem as concepções de língua que sustentam seus programas e, muito menos, sua pertinência na formação universitária.

No campo da pesquisa, um breve levantamento bibliográfico leva-nos ao conhecimento de farta literatura a respeito das questões que envolvem a

capacidade de leitura e escrita de estudantes universitários. Tais estudos, predominantemente, são de ordem diagnóstica ou prescritiva, revelando a preocupação em detectar as causas das dificuldades atribuídas aos estudantes no que se refere à sua capacidade lingüística, ou prestam-se à proposição de métodos e estratégias que visem sanar o problema (GARCIA et al., 1982; SANTOS, 1990; CINTRA, MARQUESI & FONSECA, 1995; AROUCA, 1997; SAMPAIO & SANTOS, 2002; CUNHA & SANTOS, 2006). Em outro sentido, caminha uma corrente de pensamento segundo a qual as dificuldades dos estudantes, no que diz respeito à Língua Portuguesa, encontram razões fora dos limites fechados e artificiais da cultura escolar e se revelam mais relacionados às formas desses alunos interagirem e conviverem com os objetos da cultura letrada, no meio social do qual fazem parte (LEMONS, 1977; OSAKABE, 1983; BRITTO, 1983, 2003; PÉCORRA, 1989 [1984]; GERALDI, 1997 [1984]; HANSEN, 1989).

Partindo dessa constatação, a presente pesquisa focaliza o ensino universitário, mais particularmente, no âmbito das disciplinas de Língua Portuguesa e congêneres, oferecidas para cursos não específicos da área de Letras. Investiga-se de que forma aparece a questão levantada, de modo a identificar o que é afinal esse Português que se ensina nesses cursos superiores, desvelando-se as concepções de língua que norteiam a elaboração dos programas dessa disciplina, bem como as razões para a oferta desse componente em cursos de natureza diversa à área de Letras.

Portanto, a questão que se propõe é definir em que se constitui o componente de Língua Portuguesa ministrado em cursos universitários e quais os referenciais que subjazem aos seus planos de ensino, desde o título do componente, passando pela ementa, objetivos, conteúdos programáticos, até bibliografia.

## METODOLOGIA

Visando investigar como no Ensino Superior brasileiro é considerada a questão do conhecimento e uso da leitura e escrita e quais as ações formativas são adotadas, quando adotadas, suas razões e conteúdos, esta pesquisa centrou seu foco nos cursos considerados "não específicos", isto é, que não guardam relação direta com os estudos da linguagem; em outras palavras, que não consideram a linguagem como objeto de estudo.

A primeira parte da pesquisa é um levantamento teórico sobre a questão. Primeiramente, procedeu-se o estudo da realidade atual da Educação Superior no Brasil, visando compreender diferentes visões sobre a formação universitária e suas relações com o aprendizado da leitura e da escrita. Na sequência, fez-se o levantamento da literatura existente em torno da questão do ensino de Língua Portuguesa em cursos universitários, mais particularmente naqueles designados por "não específicos".

A segunda parte constitui-se do levantamento empírico. Baseando-se no cadastro das instituições de Educação Superior junto ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), foram selecionadas 53 instituições que fariam parte desta pesquisa, classificadas na categoria *universidade* e distribuídas por três grandes grupos (segundo a classificação do instituto): *públicas* (abrangendo grandes universidades públicas de referência em ensino e pesquisa, bem como universidades públicas de atuação local ou regional), *privadas sem fins lucrativos* (onde se inserem as universidades cadastradas como confessionais, comunitárias e/ou filantrópicas) e *universidades privadas com fins lucrativos* (incluindo-se

grandes universidades particulares de sentido estrito, com fins lucrativos declarados, bem como outras de atuação mais restrita).

Para a escolha das universidades e sua categorização em distintos perfis de instituição, foram considerados critérios como a localização geográfica, inserção no campo da Educação Superior, posição no mercado, atuação em pesquisa, modelo administrativo, formas de financiamento, organização do tempo e do espaço, vinculação com as associações de classe e formas de relacionamento com o mercado e a sociedade, conforme critérios propostos por Britto et al. (2008). Procurou-se constituir um *corpus* de análise heterogêneo, de forma a contemplar instituições das diferentes categorias e perfis, distribuídas por todo o território nacional.

Na escolha dos cursos, observou-se a distribuição das carreiras pelas distintas áreas do saber. Tomando-se como base as tabelas de referência das áreas do conhecimento adotadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), foram identificadas quatro grandes áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

Dentre os cursos indicados, segundo essas referências, optou-se por incluir na pesquisa aqueles correspondentes às carreiras mais tradicionais, englobando os títulos de bacharelado ou licenciatura, cujo exercício profissional pode se dar pela atuação liberal ou por vínculo institucional; carreiras mais ou menos concorridas nos processos seletivos vestibulares e que se diferenciem por gozar de maior ou menor prestígio. Desse modo, incluíram-se nesta pesquisa os seguintes cursos: Área de Ciências Sociais Aplicadas (cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito e Arquitetura e Urbanismo); Área de Engenharias (cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica); Área de Ciências Humanas (cursos de Ciências Sociais, História, Geografia e Psicologia) e Área de Ciências da Saúde (cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia).

A seleção não se fez ao acaso, merecendo algumas explicações quanto aos critérios adotados. A primeira refere-se à exclusão nesta pesquisa, dos cursos tecnológicos e de gestão, motivada pela extensa oferta e acelerado crescimento de tais cursos em quase todas as áreas escolhidas, o que inviabilizaria sua catalogação e análise. Os cursos de Letras, Secretariado, Comunicação (suas várias carreiras como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Design, etc.), Teatro/Artes e Pedagogia estão excluídos do presente trabalho por se tratarem de áreas em que a Língua Portuguesa é objeto de estudo teórico e/ou prático, uma vez que seu conhecimento é de fundamental importância para o exercício profissional dessas carreiras. Dado que a problemática norteadora desta investigação refere-se às razões e concepções do ensino de Língua Portuguesa em cursos superiores, não há razão de inserir os cursos mencionados, esvaziando de sentido o questionamento que se levanta. Portanto, foram selecionados para constituir objeto de estudo desta pesquisa apenas cursos "não específicos", aqueles cuja área de conhecimento não está diretamente relacionada às questões de linguagem.

A coleta do material de análise deu-se por meio de acesso aos sítios eletrônicos das instituições do *corpus*, de onde foram obtidas todas as informações necessárias por instituição e por curso, buscando-se identificar os componentes de Língua Portuguesa constantes nas respectivas matrizes curriculares e correspondentes programas de ensino.

Uma vez catalogados os componentes oferecidos nos cursos que fazem parte do *corpus* da pesquisa e de posse dos dados extraídos das matrizes curriculares, como denominação das disciplinas de Língua Portuguesa, seus objetivos, conteúdos programáticos, bibliografia e/ou ementa, é que se pôde proceder à análise dos resultados e discussão das questões que motivaram a presente pesquisa, sempre à luz do arcabouço teórico.

## RESULTADOS

Os resultados da análise de dados do trabalho são parciais, uma vez que representa a fase inicial de uma pesquisa mais ampla, entretanto, esses resultados obtidos permitem algumas observações. Dentro do corpus observado, do total de 53 universidades, apenas quatro não oferecem nenhuma disciplina de Língua Portuguesa nos cursos pesquisados. Tal fato, por si só, indica que o ensino de leitura e escrita apresenta-se como preocupação frequente na maioria das instituições e se traduz na oferta de uma ou mais disciplinas no currículo obrigatório de alguns cursos de graduação.

Uma segunda observação que se pode extrair dos dados refere-se à denominação das disciplinas nas diversas instituições em que se oferecem. Independentemente de concepções e conteúdos, verificam-se diferentes títulos para o componente curricular, como: Português, Língua Portuguesa, Comunicação e Expressão, Português Instrumental, Leitura e Produção de Textos, Linguagem Jurídica, Redação Forense, Técnicas de Redação, etc.

Finalmente, pela análise das disciplinas oferecidas, considerando-se títulos, ementas, objetivos, conteúdos e bibliografias, verificou-se que os programas de Língua Portuguesa nas instituições orientam-se por três vertentes predominantes quanto ao pensamento sobre língua e formação universitária, sendo elas: a) reparadora ou supletiva; b) instrumental ou tecnicista; c) discursivo-textual.

Na primeira vertente, observa-se a visão tradicional do ensino de Língua Portuguesa, fortemente marcada pelo normativismo e ligada à tradição de ensinar a língua na perspectiva do conhecimento de sua estrutura, das regras de funcionamento, das regras de uso e, principalmente, privilegiando a "língua padrão". Considerando insuficiente a produção do estudante universitário em Língua Portuguesa, cujos mecanismos são incapazes de manipular espontaneamente dentro das práticas escolares, a instituição imprime um ensino de caráter compensatório ou reparador ante as deficiências trazidas do ensino fundamental e médio.

Outra concepção que parece nortear a elaboração de tais programas de ensino leva em conta o uso protocolar e instrumental da língua nas respectivas áreas de atuação profissional. Trata-se de uma visão que compreende a língua por sua aplicabilidade, destituída, portanto, das questões que podem suscitar reflexão, análise, discussão e crítica sobre a complexidade da linguagem. É nesse item que se observa com mais intensidade a salvaguarda dos interesses inerentes a cada uma das carreiras universitárias, levada a efeito por uma concepção pedagógica que sobrepõe à complexidade da linguagem a especificidade do curso ou, mais particularmente, do exercício profissional. De viés pragmático, pensa a língua operacionalizada, para fins específicos. Seus estudos abrangem modelos e usos de escrita peculiares à área de conhecimento, sob a presunção de que este ensino instrumentalizaria os estudantes ao exercício da profissão.

A terceira vertente identificada nos programas das disciplinas caracteriza-se por compreender a leitura e a escrita numa concepção mais ampla e complexa. Seus estudos, muitas vezes, operam na perspectiva da linguística textual, assumindo o texto como objeto de estudo primordial e enfocando alguns de seus elementos como a coesão e a coerência. Em alguns casos, trabalha-se na perspectiva discursiva, privilegiando a abordagem histórico-ideológica do discurso. Insere-se na defesa da leitura crítica e compreende o conhecimento da leitura e da escrita como condição necessária ao aprendizado das demais áreas do conhecimento. Entendida como ferramenta que auxilia e multiplica as possibilidades de aquisição do conhecimento, a competência no manejo da leitura e da escrita assume precedência em face dos demais saberes, seja como requerimento ao ato de estudar ou por contribuir com o desenvolvimento intelectual do indivíduo.

Observou-se, no entanto, que as vertentes encontradas não são categorias puras, autoexcludentes, mas que se entrecruzam e cedem espaço ou se ajustam a concepções que tendem a predominar em outra tendência.

O caráter instrumental frequentemente assume a função reparadora, sob a presunção de que os conteúdos que o aluno não dominava ao ingressar no 3º grau devem ser trabalhados nesse nível para seu preparo ao exercício profissional. Por outro lado, pode aproximar-se da perspectiva discursiva, ao refletir sobre conteúdos da área e não apenas ater-se a procedimentos da área.

Da mesma forma, a vertente discursivo-textual, embora muito ligada a um caráter de formação geral, não raro admite a inserção de conteúdos de caráter mais específico da carreira ou pode incorporar educação linguística, na concepção da norma culta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo representa o recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual procurou-se compreender como a Educação Superior brasileira tem lidado com as questões de leitura e escrita nas suas práticas formativas.

Tendo como objeto o programa curricular de cursos universitários não específicos da área da linguagem, chegou-se à conclusão de que a Língua Portuguesa representa preocupação muito frequente na maior parte das instituições e dos cursos pesquisados.

Os dados obtidos apontam para três vertentes que orientam as propostas de ensino de Língua Portuguesa nos cursos que a oferecem: a) reparadora; b) instrumental; c) discursivo-textual.

A despeito do predomínio de uma ou outra tendência, observou-se que é comum o intercâmbio de concepções em seu interior, isto é, uma disciplina pode incluir em seu programa conteúdos que ora atendem a uma função reparadora, ora tecnicista ou instrumental ou ainda de caráter discursivo-textual.

Diante dessas constatações, vale salientar a relevância que o tema assume nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Superior no Brasil, uma vez que o ensino de leitura e escrita é presença marcante em um número expressivo de cursos e de instituições do quadro analisado, na forma de uma ou mais disciplinas. Quanto às razões e concepções desses cursos, vários aspectos parecem estar

imbricados na questão. A sequência desta pesquisa, com o aprofundamento da análise sobre os planos de ensino levantados, bem como diante de novos desdobramentos de pesquisas futuras, por meio das quais se pretende ampliar a base de dados e procurar abarcar uma gama mais variada de categorias de análise, pode aproximar-nos de possíveis respostas às questões aqui propostas.

Desse modo, lançando mão de um rigoroso olhar crítico, no sentido de considerar o processo de construção do conhecimento em suas variadas dimensões, principalmente em suas relações com o saber ler e escrever, ponderando aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos que, direta ou indiretamente, atuam nas políticas e práticas educacionais, é que se pretende contribuir com o debate em torno das relações entre o ensino de Língua Portuguesa e a formação universitária.

## REFERÊNCIAS

AROUCA, E.A. Universitário, redação e SPI, In: Psicologia Escolar e Educacional ,vol.1, nº 2, 3, Campinas, 1997.

BRASIL. Educação Superior: cursos e instituições, Cadastro das instituições de Educação superior, Brasília: MEC/ INEP. Disponível em \_\_\_\_\_, acesso em: 31 mar. 2008 e 26 abr. 2009.

BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em \_\_\_\_\_, acesso em: 15 mar. 2009.

BRITTO, L.P.L. Contra o consenso - cultura escrita, educação e participação, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BRITTO, L.P.L. Em terra de surdos-mudos (sobre as condições de produção de textos escolares), In: Trabalhos em linguística aplicada. Campinas: IEL/Unicamp, 1983, n.º 2, pp. 145-167.

BRITTO, L.P.L. et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas. Perfil do aluno "novo" da educação superior. In: Revista Avaliação, nov. 2008, v.13, n.03, p. 777-791.

CASTELLO-PEREIRA, L.T. Leitura de estudo: ler para aprender a estudar e estudar para aprender a ler, Campinas: Alínea, 2003.

CINTRA, A. M. M.; MARQUESI, S. C.; FONSECA, J. I. Português Instrumental: para a área de Ciências Contábeis, 2ª edição, São Paulo: Atlas, 1995.

CUNHA, N.B.; SANTOS, A.A.A. Relação entre a compreensão da leitura e a produção escrita em universitários. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2006, vol.19, no.2, pp.237-245.

GARCIA, A.L.M. et al. Leitura e redação - proposta de metodologia integrada de ensino a partir do diagnóstico das dificuldades. In: ENCONTRO NACIONAL PARA PROFESSORES DE REDAÇÃO E LEITURA DO 3º GRAU, 1, 1982, São Paulo, SP. Anais do I Encontro Nacional para Professores de Redação e Leitura do 3º Grau, São Paulo, SP: PUCSP, 1983, p. 285-290.

GERALDI, J.W. O texto na sala de aula, São Paulo: Ática, 2000.

HANSEN, J.A. O desempenho em redação. In: SPOSITO, M.P. (coord.) O trabalhador estudante: um perfil do aluno do curso superior noturno, São Paulo: Loyola, 1989, p. 117-140.

LEMOS, C.T.G. Redações no vestibular: algumas estratégias, IN: Cadernos de Pesquisa, 23. Fundação Carlos Chagas, 1977, pp. 61-71.

OSAKABE, H. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In: ZILBERMAN, Regina. Leitura em crise na escola - as alternativas do professor, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 147-152.

PÉCORA, A.A.B. Problemas de redação, 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SAMPAIO, I.S.; SANTOS, A.A.A. Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção, In: Psicologia em Estudo, Jun 2002, vol.7, no.1, p.31-38.

SANTOS, A.A.A. Compreensão em leitura na universidade: Um estudo comparativo entre dois procedimentos de treino, In: Estudos de Psicologia, 7 (2), 1990, p. 39-53.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006.